



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram - (31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Atuação derruba ação fiscal contra a classe

AMB



Maurício Soares reunido com representantes de Associações em Brasília

A atuação das Associações integradas à Frentas, entre elas a Amagis, reverteu ação fiscal contra a ajuda de custo para moradia. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, reconheceu seu caráter indenizatório, como a AGU e a Presidência da República.

PÁGINAS 4 e 5

Amagis completa 63 anos de defesa da Magistratura

No dia 21 de outubro, a Amagis completa 63 anos dedicados à valorização da Magistratura mineira. Fundada em 1955, a Associação soma conquistas que fizeram dela a segunda maior da América. "Nosso foco é a vocação na defesa permanente e sem trégua da Magistratura", reafirmou o presidente Maurício Soares. **PÁGINAS 12 e 13**

+SAÚDE!

**'AMOR À VIDA' INCLUI
PSIQUIATRIA NO
ATENDIMENTO**

PÁGINA 24

Valorização do 1º grau garante mais 30 fóruns

PÁGINA 3

Magistratura mineira obtém importante vitória no Supremo

PÁGINA 6

Nossa atuação é permanente e sem trégua em defesa da classe

MAURÍCIO SOARES*

Após um ano inteiro de intensas pressões e ameaças, estamos chegando ao fim do período com algumas vitórias e boas perspectivas. Conquistamos avanços e conseguimos barrar retrocessos e perdas, como o recente recuo da Receita Federal na ação fiscal sobre a ajuda de custo do moradia. Graças à rápida reação das Associações, foi reconhecido seu caráter indenizatório, antes atestado pela AGU e Presidência da República.

Sabíamos o quanto eram equivocadas as teses de incidência de imposto de renda sobre o benefício. Além de reforçar os argumentos legais que justificaram nossa defesa, apresentamos estudos e pareceres jurídicos que os fundamentaram.

“Nosso foco é a vocação em defesa das prerrogativas dos magistrados e é uma atuação permanente e sem trégua”

Por meio da mesma atuação, impedimos também a aprovação do congelamento de salários de todo o serviço público na LDO, com graves prejuízos para as carreiras. Em vez disso, estamos perto de interromper outro congelamento, de aproximadamente cinco anos, com a reposição parcial das perdas acumuladas em mais de 40%.

Falta pouco para que a atualização monetária parcial seja efetivada. Até janeiro próximo, há pedras no caminho e ‘dois governos’ em exercício, o atual e o que for eleito a partir deste mês. São situações e desafios que deverão nos manter atentos, vigilantes e atuantes, para manter e reforçar o diálogo com os novos interlocutores.

A mobilização conjunta das Associações de magistrados e de membros do MP, integrados à Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), atingiu seu ponto alto e está preparada para, quando os trabalhos legislativos forem retomados após

a eleição, consolidar nossa atuação.

O diálogo e a dedicação têm sido nossa principal forma de atuação, reafirmada nas citadas conquistas e em outra importante obtida no STF sobre o auxílio-saúde da Magistratura mineira, que será provavelmente discutida em câmara de conciliação da Advocacia Geral do Estado, com perspectivas favoráveis.

Com grandes expectativas, prestigiamos ainda a posse do novo presidente do STF, Dias Toffoli, em quem depositamos muita confiança à frente do Supremo, uma vez que o ministro já mostrou dedicação e preocupação com as causas e a valorização da Magistratura.

Com a mobilização ativada, estaremos atentos sobre outras demandas como Reforma da Previdência e

o resgate do ATS, valorizando quem se dedica à carreira, além de preservar conquistas históricas.

Nosso foco é a vocação em defesa das prerrogativas dos magistrados e é uma atuação permanente e sem trégua em consonância com as entidades estaduais e nacional.

Atuamos também em várias outras frentes a favor dos magistrados e seus familiares. Desde o mês passado, o programa ‘Amor à Vida’, da Amagis Saúde, ganhou reforço significativo com a contratação do médico psiquiatra Octávio Saliba. A iniciativa reforça a equipe do Amor à Vida com mais uma especialidade, além das existentes, visando o cuidado integral da saúde dos associados.

A medida confirmou ainda o engajamento da Amagis e da Amagis Saúde na campanha Setembro Amarelo, que reforça a importância da prevenção ao suicídio e do cuidado com a saúde mental. ■

(*) *Presidente da Amagis*

ÍNDICE DECISÃO!

Avança a valorização da 1ª instância em Minas

PÁG 03

Associações barram ação fiscal da Receita

PÁG 04

Magistratura obtém importante vitória no STF

PÁG 06

Associação condena tentativa de homicídio contra juiz

PÁG 06

Os 30 anos da Constituição Federal

PÁG 07

Amagis apoia campanha de doação de sangue

PÁG 08

Amagis faz 63 anos em defesa da classe

PÁG 12

Nova Viçosa tem opções de mergulho

PÁG 14

AMB promove curso de media training

PÁG 15

Presidente vai à posse de Dias Toffoli no STF

PÁG 17

SAÚDE!

Amagis Saúde mobiliza juizes em prol da vida

PÁG 23

Amor à Vida amplia atendimento aos associados

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juíz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Avança a valorização da 1ª instância em Minas

Novos fóruns propiciam melhores condições de trabalho a juízes

A política de valorização da primeira instância tem avançado com a intensificação da atuação e interlocução entre a Amagis e o TJMG, em favor das melhorias de condições de trabalho dos magistrados mineiros. Em encontro com juízes da Comarca de Araguari (Triângulo Mineiro), no dia 5 de setembro, do qual participou o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, afirmou que, em sua gestão, serão iniciadas ou concluídas 30 obras de construção de fóruns nas comarcas mineiras.

Entre essas obras, está a construção do novo Fórum da Comarca de Ituiutaba (Triângulo Mineiro), que deverá ser entregue a magistrados e jurisdicionados em dois anos. O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal, no dia 6 de setembro, durante reunião com juízes da comarca, da qual também participou o presidente da Amagis. No mesmo dia, Maurício Soares e Nelson Missias estiveram na Comarca de Araxá (Alto Paranaíba), onde foi apresentado o funcionamento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado da co-

marca, que terá ainda um Posto de Atendimento Pré-Processual, além da construção de um novo fórum em Araxá.

Maurício Soares aproveitou os encontros no interior para atualizar os magistrados das ações desenvolvidas pela Amagis tanto em Brasília quanto em Minas Gerais em defesa dos interesses da classe.

O primeiro encontro dos presidentes da Amagis e do TJMG em uma comarca do interior foi realizado em Uberlândia, no dia 8 de junho, numa sinalização da reafirmação da parceria em favor dos magistrados. No mês seguinte, eles estiveram nas Comarcas de Frutal e Poços de Caldas, respectivamente, nos dias 20 e 30 de julho, ampliando ainda mais a interlocução com os magistrados.

Ainda com o objetivo de apresentar pleitos específicos de cada comarca, o presidente da Amagis têm acompanhado ainda os magistrados em reuniões realizadas com o presidente Nelson Missias, na sede do Tribunal. No dia 18 de setembro, Maurício Soares acompanhou juízes da Comarca de Betim (Grande BH), do qual também participaram os desembargadores Gilson Soares Lemes e Agostinho Gomes de Azevedo. ■

Juízes de Araguari receberam os presidentes da Amagis e do TJMG

CLÁUDIA LIMA / TJMG



Encontro com magistrados em Araxá

DIVULGAÇÃO / TJMG



GEORGIA BAÇVAROFF

Reunião com juízes de Betim na sede do TJMG



Associações barram ação fiscal da Receita

Parecer da AGU garante caráter indenizatório da ajuda para moradia

TIAGO PARRELA / AMAGIS



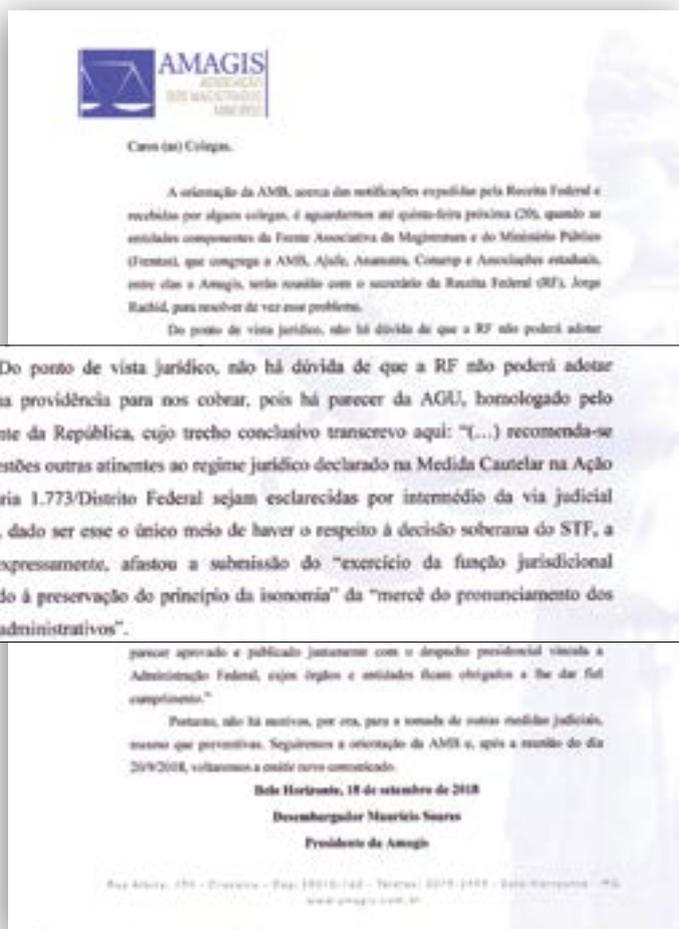
Maurício Soares, Misabel Derzi, José Perdigão e Enéias Xavier

Com o diálogo e atuação intensa das Associações de classe, reunidas da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual a Amagis é integrante, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, reconheceu, após reunião realizada no dia 20 de setembro, em Brasília, o caráter indenizatório da ajuda de custo para moradia recebida pelos magistrados, conforme parecer da AGU.

As tratativas para resolver essa questão tiveram início assim que alguns magistrados foram notificados pela Receita Federal, informando sobre a tributação da ajuda de custo para moradia. No dia 10 de setembro, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, divulgou

nota na qual esclareceu que, em parecer encaminhado ao presidente da República, Michel Temer, e ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, no dia 5 de setembro, a Advocacia Geral da União (AGU) confirmava o caráter indenizatório da ajuda de custo moradia.

No documento, Jayme de Oliveira esclareceu ainda que o Ministério da Fazenda havia enviado, no dia 6 de setembro, o parecer da AGU ao secretário da Receita Federal e ao procurador-geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis. No dia 11 de setembro, o presidente da AMB emitiu novo comunicado informando que as Associações já estavam trabalhando em uma solução definitiva para a questão.



Comunicado do presidente da Amagis

Ao mesmo tempo, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, já havia acionado o Departamento Jurídico da Associação para estudar as medidas administrativas e judiciais contra quaisquer cobranças indevidas da Receita Federal, conforme comunicado emitido aos associados no dia 13 de setembro.

Em continuidade às articulações em nível nacional e estadual, o presidente Maurício Soares reuniu-se, no dia 17 de setembro, com o presidente da AMMP, Enéias Xavier, e com a advogada tributarista Misabel Derzi para avaliar medidas judiciais e administrativas a serem adotadas sobre a ação fiscal da Receita Federal, caso não se chegasse a uma solução consensual.

No dia seguinte, 18 de setembro, os presidentes da Amagis e da AMMP encontraram-se com o superintendente da Receita Federal em Minas Gerais, Mário José Dehon, e com o superintendente-adjunto, Orlando Soares dos Santos, para tratar das notificações expedidas pelo órgão a alguns magistrados e membros do Ministério Público.

No mesmo dia, Maurício Soares emitiu novo comunicado, no qual afirmava que a Receita Federal não poderia adotar nenhuma providência para cobrar a Magistratura, uma vez que havia parecer da AGU, homologado pelo presidente da República, pelo qual

“recomenda-se que questões outras atinentes ao regime jurídico declarado na Medida Cautelar na Ação Originária 1.773/Distrito Federal sejam esclarecidas por intermédio da via judicial própria, dado ser esse o único meio de haver o respeito à decisão soberana do STF, a qual, expressamente, afastou a submissão do ‘exercício da função jurisdicional destinado à preservação do princípio da isonomia’ da ‘mercê do pronunciamento dos órgãos administrativos’”, conforme destaque feito pelo presidente da Amagis na nota.

Nesse mesmo documento, Maurício Soares informava aos magistrados que não era necessário, naquele momento, tomar medidas judiciais, mesmo que preventivas, e que as Associações de classe aguardariam a reunião na Receita Federal, em Brasília.

No dia 20 de setembro, o presidente da Amagis viajou para a capital federal, onde foi realizada uma reunião da Frentas, pela manhã, com lideranças associativas de todo o País, e outra à tarde, com o secretário da Receita Federal (RF), Jorge Rachid, na busca de uma solução consensual.

Após encontro, a Receita Federal emitiu nota executiva na qual “informa que ficam canceladas as orientações expedidas para retificação das Declarações de Imposto de Renda das Pessoas Físicas beneficiárias do auxílio-moradia em decorrência da Ação Ordinária nº 1.773 – STF, bem assim que as respectivas declarações serão retornadas ao status quo anterior”. (Veja ao lado a nota publicada no site da Receita Federal na íntegra) ■

DIVULGAÇÃO



Presidente da Amagis em reunião na Receita Federal

AMAGIS



Dirigentes de associações durante encontro em Brasília

NOTÍCIAS

Nota executiva

Imposto de Renda

Incidência de Imposto de Renda sobre auxílio-moradia

Atualizada: 20/09/2018 10h12
Data publicação: 20/09/2018 10h12

Os valores recebidos a título de auxílio-moradia por membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e por Conselheiros e membros das Tribunais de Contas, em decorrência de medida liminar de 15 de setembro de 2014 no âmbito da Ação Ordinária nº 1.773 – STF, foram, naquela oportunidade, considerados como de caráter indenizatório.

Não houve, contudo, disposição expressa no texto da decisão do Tribunal Federal no sentido de que os referidos valores não integrassem a base de cálculo do imposto de renda, como determina o art. 173 do Código Tributário Nacional.

Dessa forma, em 4 de setembro de 2018, a Receita Federal elaborou comunicação aos contribuintes com o objetivo de orientar que, toda a vez que ocorrer o efetivamente comprovado com o pagamento de alguma parcela devida ser aplicado aos demais rendimentos tributáveis para fins de incidência do imposto de renda. Na mesma oportunidade, todas as Declarações de Imposto de Renda das Pessoas Físicas foram reprocessadas para garantir as retificações.

Em 8 de setembro de 2018, a Receita Federal tomou conhecimento, via Ofício nº 042/2018, do Parecer nº 004/18, que se analisou a decisão proferida na Ação Ordinária nº 1.773 – STF, reforçou o caráter indenizatório do auxílio-moradia pago em razão de liminar concedida. Parecer do Conselho Superior do Poder Judiciário, Senhor Presidente da República, senão, portanto, de caráter vinculante para todos os órgãos do Poder Judiciário.

Como não restou claro no referido parecer se a verba recebida era devida para fins tributáveis, a Receita Federal aprovou esclarecimento adicional à Adulcazão-Declaração de Imposto de Renda.

Em 10 de setembro de 2018, em resposta ao Ofício nº 003/2018-RFB/Ofício, em Despacho do Conselho-Geral de União nº 0075/2018-948 (COUNCIL), aprovado pelo Comitê, o envio das peças para a União, foi encaminhado e seguiu, in verbis:

(...) 5. Assim sendo, ao se examinar o caráter indenizatório de que se trata para o imposto, zero na fundamentação quanto, em especial, ao caráter indenizatório de que se trata, analisou a incidência do respectivo regime jurídico, isoladamente, em relação aos efeitos tributáveis. (grifo no original) (...)

Dessa forma, em obediência a esse entendimento vinculante, a Receita Federal informa que ficam canceladas as orientações expedidas para retificação das Declarações de Imposto de Renda das Pessoas Físicas beneficiárias do auxílio-moradia em decorrência da Ação Ordinária nº 1.773 – STF, bem assim que as respectivas declarações serão retornadas ao status quo anterior.

Impressão em PDF | Autenticada

Nota executiva da Receita Federal

Magistratura obtém importante vitória no STF

Com apoio do TJMG, Amagis sustenta legalidade de benefício

Após esforço conjunto da Amagis e do TJMG, a Magistratura mineira obteve importante vitória no STF, onde, a pedido do relator, ministro Alexandre Moraes, foi retirada de pauta a

ação da PGR que questionava o auxílio-saúde. A decisão atende a pedido para que a questão possa ser resolvida por meio de conciliação, a ser conduzida, provavelmente, pela Advocacia-Geral

do Estado. O Supremo tem feito esforços para obter soluções negociadas aos conflitos constitucionais.

Amicus curiae no processo, a Amagis defendeu que o benefício foi concedido a magis-

trados em diversos estados com fundamento na Resolução 207, do Conselho Nacional de Justiça.

APOSENTADOS

Após reafirmar seu compromisso com o tratamento isonômico entre magistrados ativos e inativos, o presidente Maurício Soares e o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, reuniram-se com grupo de aposentados, no dia 17 de setembro, para dar continuidade ao andamento das questões referentes às demandas dos magistrados inativos.

Entre as reivindicações defendidas pela Amagis, está a paridade e valorização pelo tempo de Magistratura, que tem sido discutida tanto em Minas quanto em Brasília. ■

Reunião com aposentados na sede da Associação

GEORGIA BACVAROFF



Associação condena tentativa de homicídio contra juiz

Após ataque, Amagis volta a cobrar segurança em fóruns

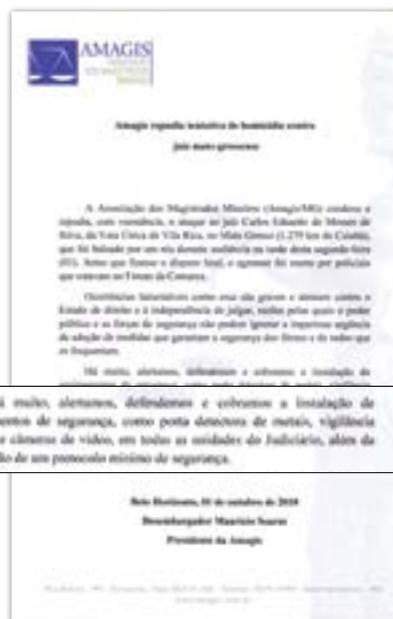
O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, condenou e repudiou, por meio de nota publicada no dia 1º deste mês, o ataque ao juiz Carlos Eduardo de Moraes e Silva, da Vara Única de Vila Rica, no Mato Grosso, que foi baleado por um réu durante audiência na tarde daquele dia.

No documento, Maurício Soares alertou que, há muito, as Associações de classe, como a Amagis, têm cobrado a instalação

de equipamentos de segurança, como porta detectora de metais, vigilância armada e câmeras de vídeo, em todas as unidades do Judiciário, além da instituição de um protocolo mínimo de segurança. No atentado à vida do magistrado mato-grossense, o desfecho só não foi pior, porque, antes de fazer o disparo fatal, o agressor foi morto por policiais que estavam no Fórum da Comarca.

O presidente da Amagis afirmou que, diante de um fato

como esse, o poder público e as forças de segurança não podem ignorar a imperiosa urgência da adoção de medidas que garantam a segurança dos fóruns e de todos que os frequentam. Ele colocou ainda a estrutura da Amagis à disposição do juiz, da Associação Mato-Grossense de Magistrados e manifestou a solidariedade dos mineiros contra as consecutivas ameaças feitas à Magistratura local. ■



Nota da Amagis



CLÁUDIA RAMOS / TRE-MG

Rogério Medeiros

Vice-presidente do TRE-MG

No dia 7 de outubro, eleitores de todo o País foram às urnas para decidir, ou começar a definir, quem serão os futuros deputados, senadores, governadores e presidente do Brasil. Em uma disputa aguda, que, entre outros fatores, chama atenção pelas Fake News (notícias falsas nas redes sociais), a urna eletrônica voltou a ser questionada. Para o vice-presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros, que, no próximo ano, completará 30 anos de Magistratura, o sistema é altamente seguro e, por isso mesmo, o magistrado manifestou desconfiança com as propostas de defesa da volta da cédula de papel e contra a urna eletrônica.

“Desconfio, sim, daqueles que pregam a volta da cédula de papel e que pregam contra a urna eletrônica”

“Não podemos correr o risco da censura. A melhor solução é a informação verdadeira, praticada por bons jornais”

O que o senhor pensa sobre os questionamentos referentes à segurança das urnas eletrônicas?

Isso é boato! Os eleitores podem confiar nas urnas eletrônicas. Sou juiz há quase trinta anos e fiz várias eleições ainda no tempo da cédula de papel, quando existiam vários inconvenientes. A apuração era manual, lenta e demorada. Passavam-se dias e noites contando votos, o que gerava mais ansiedade com relação ao resultado. Poderia, por exemplo, ocorrerem erros no mapismo (distribuição de informações do número de votos de cada região). Podemos observar, inclusive, que, depois da consolidação da urna eletrônica, velhos coronéis passaram a perder as eleições em locais onde jamais eram derrotados. Hoje, isso pode ser observado inclusive em nível nacional. Por isso, lamentavelmente, e com todo o respeito, desconfio sim daqueles que pregam a volta da cédula de papel e que pregam contra a urna eletrônica.

O senhor avalia que a impressão do voto na urna eletrônica traga algum risco para o processo?

O próprio STF declarou a impressão do voto inconstitucional,

pois entendeu que essa mudança sujeitaria o eleitor à violação do sigilo do voto. A impressão do voto seria realmente algo muito perigoso, porque, mesmo ocorrendo na seção eleitoral, no local de votação, não se pode descartar a hipótese da adoção de práticas do passado, como o coronelismo, ou até mesmo criminosos, como traficantes, de tentarem exercer alguma vigilância sobre o direito de votar do eleitor. Por esse mesmo motivo, o eleitor não pode portar nenhum aparelho telefônico ou qualquer outro instrumento que possa comprometer o sigilo do voto. Entendo que a intenção era boa, mas havia esse risco.

Como as Fake News podem interferir no trabalho da Justiça Eleitoral?

A expressão Fake News é cunhada no contexto de surgimento, ampliação e dinamização das redes sociais. Infelizmente, a difusão de mentiras e boatos em eleições sempre existiu. Em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes perdeu a eleição para o general Eurico Gaspar Dutra por terem atribuído a ele a seguinte afirmação: “Não preciso do voto dos marmiteiros”. Em comarcas do interior, era muito

comum circularem panfletos apócrifos.

Hoje, o grande desafio da Justiça Eleitoral, no mundo todo, como nas eleições da França e dos Estados Unidos, é a abrangência e intensidade com a qual essas notícias falsas circulam. Por outro lado, não podemos correr o risco da censura. A melhor solução é a informação verdadeira, praticada por bons jornais.

Como o senhor avalia a reforma política aprovada em 2018?

Temos que respeitar a reforma política aprovada por lei, mesmo que tenhamos críticas respeitadas a alguns pontos, como o tempo e o financiamento de campanha. A redução do prazo de campanha de 90 para 45 dias dificultou que os eleitores saibam quem são os candidatos, principalmente aqueles que ainda não são tão conhecidos pelo eleitorado. Já na destinação do uso dos recursos do Fundo Especial de Campanha e também do Fundo Partidário, oriundos dos nossos impostos, existe a possibilidade de algum dirigente privilegiar um candidato ligado a ele. A única determinação feita pela lei é de que 30% dessa verba sejam investidos em candidaturas femininas. ■

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

SEGUNDA-FEIRA
OUTUBRO 01

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

1ª Vara Civil de Araxá/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 03

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

2ª Vara Civil de Leopoldina/MG

SEXTA-FEIRA
OUTUBRO 05

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

Vara Civil de Nova Serrana/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 10

TRTMG
Tribunal Regional de Trabalho
de Minas Gerais

Vara Única de Trabalho
de Santa Rita do Sapucaí/MG

QUINTA-FEIRA
OUTUBRO 11

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

TRTMG
Tribunal Regional de Trabalho
de Minas Gerais

1ª e 2ª Varas de Trabalho
2ª Vara Civil de Leopoldina/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 17

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

Vara Única de Santa Vitória/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 23

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

1ª Vara Civil de Governador
Valadares

QUINTA-FEIRA
OUTUBRO 24

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

2ª Vara C. de Promotorias Cíveis
e Controlas de Processos/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 30

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

2ª Vara Civil de Uberaba/MG

QUINTA-FEIRA
OUTUBRO 31

TRTMG
Tribunal Regional de Trabalho
de Minas Gerais

Vara de Trabalho de Ubatuba/MG

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Os 30 anos da Constituição Federal

É o momento de se pensar em uma nova Carta Magna?

A Constituição Federal completou 30 anos no dia 5 de outubro de 2018. Desde 1988, o texto, que marcou o processo de redemocratização após o regime militar no Brasil, já foi objeto de 105 emendas - 99 do tipo ordinário e outras seis de revisão.

Tida por juristas como uma das mais avançadas do mundo, por elevar os direitos individuais e sociais à característica de direitos constitucionais e, principalmente, criar garantias de efetivação desses direitos, a Constituição brasileira tem sido alvo de reflexão acerca da necessidade de um aprimoramento maior do que o que tem sido feito por meio das emendas constitucionais.

Para o desembargador Kildare Gonçalves Carvalho, do TJMG, no âmbito do Poder Judiciário, a atualização do texto constitucional já vem sendo diariamente implementada, sendo cada juiz um intérprete de suas normas e princípios. Segundo ele, não se deve perder de vista que a Constituição, nesses 30 anos, não é o texto de 1988, mas aquele interpretado ou até mesmo reinventado pela ju-

risdição constitucional e por uma hermenêutica contemporânea e pragmática no dia a dia do Judiciário.

NOVA CONSTITUINTE

No momento em que o Brasil experimenta sua maior crise política desde 1988, setores da sociedade defendem que é chegada a hora da convocação de uma Assembleia Constituinte para a redação de uma nova Carta Magna, mais enxuta e coerente com as demandas e transformações sociais. Prova disso seriam as 105 emendas apresentadas até agora, que teriam tornado a Constituição uma verdadeira "colcha de retalhos".

O desembargador Luis Carlos Gambogi, do TJMG, acredita que discutir uma nova constituinte seria uma ideia equivocada, que só conseguiria desestabilizar as instituições. O magistrado

defendeu que a Constituição brasileira tem de ser aprimorada por meio de emendas, como as reformas tributária e política.

"A reforma tributária também aprimora o modelo federativo, hoje enfraquecido em razão da alta concentração de receitas tributárias na União; em segundo lugar, lembro a reforma política, que deve ter o firme propósito de conquistar a legitimidade que tem faltado ao regime político (democracia) e à forma de governo (república), eis que é constrangedora a larga distância que vai entre as instâncias políticas e a sociedade brasileira, entre a pauta da sociedade e a pauta do Executivo e do Congresso Nacional, o que só faz aumentar o perigoso descrédito dessas instituições", analisou.

Para o desembargador Kildare Carvalho, a Constituição de 1988 já prevê, de maneira expressa, a sua alte-

ração, que se faz por emendas constitucionais, respeitadas as cláusulas imodificáveis também nela referidas. "Penso que uma constituinte, ainda que parcial, convocada para promover reforma constitucional, depende de uma ruptura da ordem jurídica e política brasileira. Fora desse quadro, não há espaço para qualquer mudança do texto constitucional, a não ser pelo caminho das emendas", reconheceu o magistrado.

O advogado Mário Lúcio Quintão Soares, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/MG, também avaliou que é um equívoco falar em nova constituinte, "com o intuito de modernizar a Carta Magna às exigências da globalização", e que é preferível interpretá-la. "O aprimoramento do texto constitucional deve ser realizado, primordialmente, pela sua interpretação, que tem o Judiciário como protagonista. As emendas constitucionais pertinentes fazem-se necessárias para adequação às novas demandas sociais e econômicas, mas devem ser limitadas, pois reduzem a força normativa da Constituição", apontou. ■



A LCP AINDA SUBSISTE E RESISTE?

Lei de Contravenção Penal trata de inúmeras situações do dia a dia

THIAGO GANDRA*

A LCP – Lei das Contravenções Penais – foi publicada em 3 de outubro de 1941 e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Uma série de fatores contribuiu para que a LCP perdesse a importância que outrora havia assumido por ocasião de sua sanção. A evolução social, a distância temporal dos dias atuais, o fato de tratar de infrações penais de menor expressão, a criação dos Juizados Especiais Criminais e o crescimento da criminalidade mais violenta fizeram com que a LCP fosse relegada a segundo plano no campo da atuação do sistema de persecução jurídico-penal.

Embora, por vezes, esquecida, a LCP trata de inúmeras situações que são vivenciadas no dia a dia das pessoas e, ainda hoje, mesmo com a competência do julgamento fixado para as Turmas Recursais, a compreensão das contravenções penais desafia discussões no âmbito dos Tribunais Superiores.

Como exemplo, a questão do beijo forçado, a atuação dos ‘flanelinhas’, as vias de fato no contexto da violência doméstica contra a mulher, a discussão sobre o transporte de passageiros através de aplicativos (como o Uber). Tudo isso está ou esteve em discussão no STF e/ou STJ.

A 1ª Turma do STF está julgando um HC em que se discute a desclassificação do atentado violento ao pudor, consistente no beijo forçado, para a contravenção penal de perturbação da tranquilidade, do art. 65, da LCP, tendo o relator, min. Marco Aurélio, votado pela desclassificação. O processo está com vista para o min. Roberto Barroso (HC 128.588/SP). Quanto ao exercício da atividade de guardador de carros, os chamados ‘flanelinhas’, STF (Informativo 699) e STJ (Informativo 536) foram cha-

mados a decidir sobre a aplicabilidade do art. 47 da LCP (Exercício Ilegal de Profissão ou Atividade) e afastaram a tipicidade da conduta. Recentemente, o STF reconheceu a repercussão geral (tema 967) da discussão sobre o transporte de passageiros feito com o uso de aplicativos, como uber e cabify, desafiando justamente a querela

cobrada em diversos concursos públicos na área jurídica, entre eles: Magistratura estadual e federal, Ministérios públicos federal e estadual, Defensorias públicas federal e estadual e delegados de polícia, inclusive da Polícia Federal. Nos concursos para procuradorias federais, estaduais e municipais, a incidência de cobrança

do socorrer àqueles que se empenham na árdua missão de serem aprovados em um concurso público, bem como, dar suporte àqueles que atuam na área criminal, especialmente nos Juizados Especiais Criminais, lancei os comentários à Lei das Contravenções Penais, pela editora Juspodivm, fazendo a exegese de cada dispositivo da LCP ainda em vigor, inclusive colacionando os entendimentos de STF e STJ sobre cada tema.

Nada obstante as muitas críticas recebidas pela LCP, especialmente relacionadas à sua desnecessidade, face aos princípios da intervenção mínima e subsidiariedade do Direito Penal, fato é que a norma continua vigente, cabendo realizar-se uma interpretação e aplicação condizente com a atual evolução social e com a Constituição da República. Nesse mister, embora reconhecendo minhas limitações, desejo que o livro possa contribuir. ■

(*) Juiz da Vara de Execuções Penais Criminais e de Precatórios da Comarca de Ipatinga. O artigo aborda o tema do livro *Lei das Contravenções Penais, de autoria do magistrado.*

“UMA SÉRIE DE FATORES CONTRIBUIU PARA QUE A LCP PERDESSE A IMPORTÂNCIA QUE OUTRORA HAVIA ASSUMIDO POR OCASIÃO DE SUA SANÇÃO”

envolvendo a aplicação do art. 47 da LCP. No contexto da violência doméstica contra a mulher, assentaram os tribunais superiores que, mesmo diante da contravenção penal de vias de fato (art. 21, da LCP), a competência para julgamento não é dos juizados especiais criminais, mas sim de

é menor.

Como a competência para julgar as contravenções é dos Juizados Especiais Criminais, poucas das disposições da LCP foram ou são objeto de decisões mais recentes dos tribunais superiores (STF e STJ). Exatamente por isso, muitos concursos pú-

“NADA OBSTANTE AS MUITAS CRÍTICAS RECEBIDAS PELA LCP, ESPECIALMENTE RELACIONADAS À SUA DESNECESSIDADE, FACE AOS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E SUBSIDIARIEDADE DO DIREITO PENAL, FATO É QUE A NORMA CONTINUA VIGENTE”

uma das Varas Criminais da Justiça Comum, não sendo aplicável os institutos despenalizadores da Lei 9.099/95.

Não bastasse isso, a LCP continua sendo

blicos concentram suas questões sobre a LCP nas matérias já enfrentadas pelo STF e pelo STJ, como nos exemplos acima.

Portanto, visan-

Amagis apoia campanha de doação de sangue

Presidente participou de passeio ciclístico para estimular doadores

GEORGIA BAÇVAROFF



Shirley Bertão e Maurício Soares na campanha Pratique Doar Sangue

Nem mesmo o clima chuvoso desanimou centenas de ciclistas, entre eles o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a desembargadora Shirley Fenzi Bertão, de participarem, no dia 16 de setembro, da Campanha Pratique Doar Sangue, promovido pelo grupo #PartiuDoarSangue, com o apoio da Associação e da Amagis Saúde.

Momentos antes de iniciar o passeio, os participantes contribuíram com donativos para a Fundação Sara Albuquerque, que apoia familiares de crianças em tratamento de câncer. A passeata teve início na Praça da Savassi, em Belo Ho-

rizonte, que incluiu pontos turísticos da capital mineira, como a Praça da Liberdade, Mercado Central, Viaduto Santa Tereza e Praça da Estação, a fim de alertar a população para a importância da doação de sangue. O presidente Maurício Soares chamou a atenção para a importância da doação de sangue e destacou que, durante todo o ano são realizadas diversas campanhas para tentar impedir que os estoques dos bancos de sangue fiquem baixos. "A Amagis e a Amagis Saúde oferecem esse apoio e incentivam os magistrados e seus familiares a doarem sangue, porque esse gesto salva vidas", comentou.

Para a desembargadora Shirley Fenzi Bertão, ao apoiar campanhas como a Pratique Doar Sangue, a Associação estimula também as relações sociais de solidariedade. "A iniciativa da nossa Associação em apoiar o evento é muito positiva e estimula todos os magistrados a pensarem na causa", afirmou.

O grupo #PartiuDoarSangue organiza-se por meio das redes sociais e disponibiliza um aplicativo nas lojas virtuais Google Play e App Store, além do site partiudoorsangue.com.br, com orientações para aqueles que desejam colaborar e também para quem precisa receber uma doação. ■

QUEM PODE DOAR SANGUE?

- Pessoas entre 16 e 69 anos
- Estiver em boas condições gerais de saúde
- Mantém um estilo de vida saudável e não se expõe a situações com risco acrescido para aquisição de doenças infecciosas e sexualmente transmissíveis
- Peso acima de 50 kg
- Mulheres, mesmo se menstruadas ou em uso de anticoncepcionais

ONDE DOAR?

• Hemominas

Atendimento: 2ª a 6ª, de 7h às 18h.

Endereço: Alameda Ezequiel Dias, 321

Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte

Agendamento: Ligue Grátis 155 (opção 8)

RÁPIDAS

• O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, retornou à sua cidade natal, João Pinheiro (Noroeste de Minas), no dia 10 de setembro, para receber a Comenda Dr. Rui Lafaiete Brasil, outorgada pela Câmara Municipal àqueles que contribuíram para o desenvolvimento social do município.

• A Amagis promoverá, dos dias 6 a 8 de novembro, de 12h às 20h, no Salão de Festas das Associação, mais uma edição do Bazar Solidário do Nutris. Além de contribuir com o Núcleo, essa é uma boa oportunidade para antecipar as compras de Natal. O acesso ao salão é pela rua Ouro Fino, 367, bairro Cruzeiro Belo Horizonte.

• O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, a diretora do Foro da Comarca de Uberlândia, juíza Maria Elisa Taglialegra, o juiz da Vara de Execuções da comarca, Lourenço Migliorini, foram agraciados, em 30 de agosto, com a Comenda Augusto César, conferida pela Câmara Municipal dessa cidade do Triângulo Mineiro.

AMAGIS FAZ 63 ANOS EM DEFESA DA CLASSE

Associação atua intensamente contra agendas negativas

“NOSSO FOCO É A VOCAÇÃO EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS E É UMA ATUAÇÃO PERMANENTE E SEM TRÉGUA, COMO TEM SIDO NESSES 63 ANOS, EM MINAS E EM BRASÍLIA”

MAURÍCIO SOARES –
PRESIDENTE DA AMAGIS

“A HISTÓRIA DA AMAGIS É UMA HISTÓRIA DE PERMANENTE LUTA EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS, COM UM ACERVO ENORME DE VITÓRIAS JÁ CONSOLIDADAS NESSE CAMPO”

NELSON MISSIAS MORAIS –
PRESIDENTE DO TJMG

“REGISTRO A MINHA HOMENAGEM À AMAGIS PELO SEU 63º ANIVERSÁRIO, ACENTUANDO A SUA DECISIVA PARTICIPAÇÃO NAS CONQUISTAS OBTIDAS E INSERIDAS NA CONSTITUIÇÃO, PELA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE”

REYNALDO XIMENES

Do marco institucional – o registro em cartório no dia 21 de outubro de 1955 – à luta pela valorização da classe que uniu juízes do interior e da capital, a Amagis completa, neste mês, 63 anos, combatendo as ameaças de retrocessos às conquistas e ao Sistema de Justiça, como as enfrentadas em Brasília pelo presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, que comprometiam a valorização da Magistratura e o aperfeiçoamento do Judiciário.

Ao analisarmos a história da Amagis, não é exagero afirmar que a luta pela valorização da classe está inscrita no código genético do associativismo mineiro. Em entrevista à equipe do Memorial da Amagis, o juiz João Grinalson da Fonseca rememorou o dia em que foi ao Banco do Brasil fazer um cadastro e o bancário reagiu surpreso: “Ah, doutor, o senhor está brincando comigo” – disse ele, logo após ver o contracheque do magistrado.

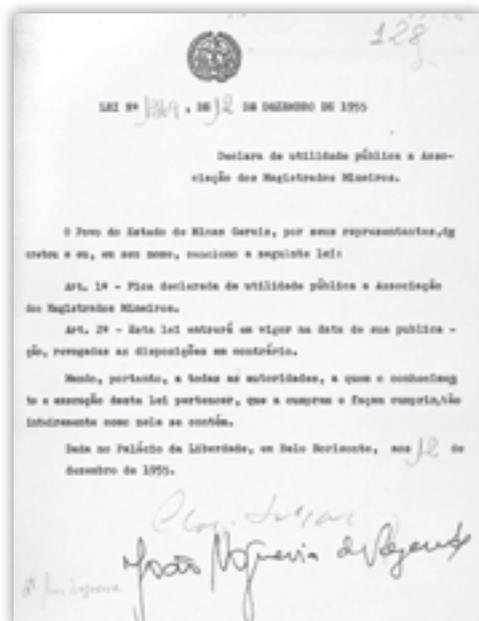
João Grinalson relatou que o funcionário do banco fez ainda a seguinte observação sobre os vencimentos dos juízes: “Doutor, eu estou há pouco mais de três anos no Banco do Brasil e estou ganhando mais do que o senhor que é juiz de direito”. Indignado, ao se encontrar com magistrados de Juiz de fora, João Grinalson foi taxativo: “Gente, vamos fazer uma reunião, porque isso não pode con-

tinuar, não é possível essa situação”.

Conforme relatou à equipe do Memorial da Amagis, o saudoso juiz Antônio Carlos Ferreira Botti, que atuou em Juiz de Fora, o desabafo de João Grinalson deve ter surtido efeito, pois, após uma viagem a São Paulo, realizada por ele e outros dois magistrados de Juiz de Fora, no segundo semestre de 1968, os juízes Maurício Delgado e José Guido de Andrade, lideraram um movimento de aproximação dos juízes da região, que culminou na criação da Armam, no dia 3 de outubro de 1970.

Segundo Botti, a iniciativa repercutiu de tal forma, que, poucos meses depois, no dia 28 de dezembro de 1970, foi criada a Assemag em Belo Horizonte. De acordo o magistrado, foi com a fundação dessas duas novas associações que o então presidente do TJMG, desembargador Helvécio Rosenberg, ao perceber que essas duas instituições regionais representavam uma parcela importante da classe, resolveu dar vida à Amagis, que, até aquele momento, não havia saído do papel.

Para Botti, por mais que a decisão do presidente do Tribunal não fosse o



Registro da Associação de 1955

desejo imediato daqueles que, como ele, haviam criado à Armam, a união foi a melhor solução. “Essa foi a grande vantagem da criação e do funcionamento dessas duas Associações regionais”, avaliou.

Botti relatou ainda que, naquele período, por muitas vezes, os magistrados ficavam endividados, sem dinheiro para pagar o aluguel. Ele contou que, quando foi transferido da Comarca de Barão de Cocais para a Comarca de Lima Duarte, chegou a ficar seis meses sem receber, pois a coletoria estadual não tinha dinheiro para pagar a todos os funcionários do Estado.

Frente a essa dificuldade, de acordo com Botti, o desembargador Helvécio Rosenberg negociou com o então governador Rondon Pacheco (1971/75) que a Caixa Econômica Federal, em convênio com o TJ, passasse a fazer o pagamento para os juízes. Para o magistrado, a independência do juiz na comarca foi a grande primeira conquista da Amagis.

Nos primeiros anos de atuação,

a Amagis funcionava em uma discreta sala do Fórum Lafayette, na capital mineira. O seu fortalecimento, portanto, como observou o desembargador Caetano Carelos em depoimento à equipe do memorial, contou com a participação decisiva dos magistrados mineiros na vida associativa, que, mesmo enfrentando dificuldades, contribuía financeiramente com a Associação.

A criação do Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico, hoje Amagis Saúde, tem um peso tão grande na história do associativismo mineiro que essa foi a condição para que o saudoso desembargador Erotides Diniz aceitasse concorrer à Presidência da Associação, conforme revelou à equipe do Memorial a pensionista Rita Moreira Diniz. Um ano após ser eleito, o desembargador instituiu o departamento no dia 22 de abril de 1976.

Para Carelos, a construção da sede, idealizada pelo desembargador Lincoln Rocha, que presidiu a Amagis de 1982 a 1985, foi decisiva para o progresso da Associação. No prédio, inaugurado no dia 23 de maio de 1984, foi instalado o setor de saúde da Amagis. Na avaliação do magistrado, a consolidação desse departamento foi um importante elemento de mobilização da classe. “Começou-se a auxiliar os juízes em casos de doenças. Para os juízes do interior, era muito difícil. Os juízes só podiam contar com o Ipsemg, mas não havia no interior, só na capital”, comentou.

Indicado pelo então pre-

sidente da Amagis, desembargador Lincoln Rocha para representar a Magistratura mineira nos debates nacionais sobre a nova Constituinte, juntamente com o desembargador Márcio Soltero e o ministro Sálvio de Figueiredo, coube ao hoje desembargador aposentado Reynaldo Ximenes a responsabilidade de disputar o comando da Amagis em 1989.

Reynaldo Ximenes tornou-se o primeiro juiz a presidir a Amagis. Mesmo conquistando a equiparação dos vencimentos da Magistratura com o dos deputados estaduais, o magistrado destacou como um dos principais feitos de sua gestão o trabalho realizado para unificar a classe em torno da Associação.

Desde a eleição de Reynaldo Ximenes, seis juízes e três desembargadores dirigiram a Associação, incluindo o atual presidente Maurício Soares, que, hoje, tem reforçado o diálogo institucional com o TJMG e os representantes dos outros Poderes, e associações de classe em de todo País, mantendo a tradição da Amagis de valorização da Magistratura. ■

“A AMAGIS REPRESENTA A UNIÃO E A FORÇA POLÍTICA DA MAGISTRATURA E SE CONSTRUIU VENCENDO E ENFRENTANDO GRANDES OBSTÁCULOS, SEMPRE TENDO A DEFESA DO ASSOCIADO MAGISTRADO COMO SEU MAIOR OBJETIVO”

DOORGAL ANDRADA

“NÃO HÁ CLASSE VITORIOSA SEM ORGANIZAÇÃO. E NÃO HÁ ORGANIZAÇÃO GLORIOSA SEM UMA CLASSE UNIDA POR UM IDEAL. A AMAGIS CONGREGA MAGISTRADOS NÃO POR INTERESSES, MAS POR IDEAIS”

BRUNO TERRA DIAS

“CUMPRIMENTO NOSSA QUERIDA AMAGIS PELOS 63 ANOS DE EXISTÊNCIA E DE CONQUISTAS, HONRADO DE TER PARTICIPADO DESSA HISTÓRIA”

CARLOS LEVENHAGEN

MEMORIAL AMAGIS



FICHA DE INSCRIÇÃO

Foto: 3/4

Insc. n. 14

Nome do juiz: IRACY JARDIM

Data de nascimento: 20-02-1916

Local de nascimento: MOCIMBUÍ

Residência: Rua Aracaju, 1028 - 1916-001

Estado Civil: Casado

Data de ingresso na Magistratura e comarca onde a exerceu: 17/06/1943

S. João Evangelista - Ipomema - Leitura

Domínio da foto dentro da foto horizontal

Filiação: Vitorino Jardim e Maria José Jardim

Nome da dependente	Parentesco	Data do nascimento
Maria Cristina Ferilli Jardim	esposa	20-02-1916
Leopoldo Cristiano Jardim	filho	11-08-1951
Luciana Yancoelino Jardim	filha	01-03-1957
Walderson Jordania Jardim	filho	13-07-1956

Ficha de inscrição do juiz Iracy Jardim, um dos primeiros

Nova Viçosa tem opções de mergulho

Ilhas da Coroa Velha e da Cassumba são alternativas para a prática do esporte náutico

JULIAN STELLA



Ilha da Coroa Vermelha, em Nova Viçosa

Em novembro, Nova Viçosa (Sul da Bahia) atrai pesquisadores e curiosos de todo o mundo interessados em conhecer um pouco mais sobre as baleias jubarte, que podem ser observadas no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, onde vão para se reproduzir, em função das águas claras e quentes da região nesta época do ano.

Entretanto, o arquipélago não é o único atrativo da cidade onde está instalada uma das cinco colônias de férias da Amagis. Os apaixonados pelo mergulho podem praticar o esporte também nos recifes e ilhas da Coroa Vermelha e da Cassumba, com passeio para Barra Velha e o Pontal do Catoeiro.

A cerca de 10 quilômetros da costa de Nova Viçosa, a pequena ilha de Coroa Vermelha é o topo recife de coral, que, na maré baixa, permite aos visitantes mergulhar em suas piscinas naturais e observar peixes, estrelas do mar, siris e ouriços. Com uma rica fauna aquática, a ilha atrai

aves marinhas em migração e tartarugas que buscam por alimentação. Para conhecer o lugar, é preciso estar atento ao horário, pois as mudanças da maré influenciam diretamente na realização e bom proveito do passeio.

Outro destino bastante procurado pelos turistas é a Ilha da Cassumba, onde está localizado uma das maiores áreas de mangue da Bahia. Com um rico ecossistema, o passeio possibilita ao viajante conhecer um pouco do cerrado, mata atlântica, restinga, recifes de corais, além dos manguezais. A Cassumba está situada entre às margens dos rios Caravelas, Pitu-açu e Peruipe, que dão acesso a praias um pouco mais afastadas e costumemente mais tranquilas.

ABROLHOS

O arquipélago protege algumas das principais áreas-berçário da baleia jubarte e, por isso, conta com a maior concentração da espécie, possibilitando a visitantes e

pesquisadores conhecer o comportamento das baleias nesse período, que vai desde grupos de machos disputando as fêmeas aos cuidados com os filhotes.

Nova Viçosa é um dos pontos de partida para Abrolhos, cujo acesso é feito por meio de barcos. A maioria dos passeios é feita em um dia (ida de volta), mas há também a possibilidade de o interessado passar de 2 a 4 dias no local. No parque, é possível ainda observar aves marinhas e realizar uma trilha monitorada na Ilha Siriba.

A COLÔNIA

A Colônia de Nova Viçosa possui 22 apartamentos duplex, 12 casas com três quartos, sala, lavanderia e varanda, além de área de lazer com piscinas, bar de apoio, restaurante, playground, sauna seca, área verde (50.000 m²) e ducha para atender ao associado com conforto e tranquilidade.

Para os magistrados que ainda não programaram suas festas de final de ano e férias de verão, ainda existem vagas disponíveis na colônia de Nova Viçosa, nas unidades de Caldas Novas e de Caxambu. Os interessados na hospedagem devem entrar em contato com o Departamento de Compras e Patrimônio da Amagis, pelo telefone (31) 3079-3459 ou cia@amagis.com.br. ■

CONVÊNIOS

★ **DESPACHATUR – VISTO CONSULAR**

Desconto de 10% nas taxas de serviços da Despachatur, tais como: análise documental para todos os países; avaliação do perfil do cliente; serviço de courier; serviço de malote; acompanhamento de data e agendamento para visto nos EUA; compra de taxas consulares. O benefício não incide sobre as taxas consulares.

Telefone: (31) 3218-9000

Fax: (31) 3273-5312

Endereço: Av. Brasil, 1312 – loja 3 – Funcionários – BH

Site: despachatur.com.br

★ **LUZIANA LANNA IDIOMAS**

Descontos de 35% nas mensalidades dos cursos de inglês, espanhol, francês, árabe, mandarim, italiano, alemão, chinês, japonês e português para estrangeiros.

Telefone: (31) 3504-0880 ou 99288-0543 (WhatsApp)

Endereço: Rua Espírito Santo, 1.481, Centro/Lourdes – BH

Site: luzianalanna.com.br

★ **CIA DO PNEU**

Pneus Michelin/BFGoodrich com descontos de 5% no parcelamento em 4 vezes e de 8% no pagamento à vista. Desconto de 25% no alinhamento, balanceamento, higienização do ar condicionado e na mão de obra oficina. Os descontos não são cumulativos com promoções.

Telefones: (31) 3335-0612 ou (31) 3296-4566

Endereço: Av. Biefortes, 955, Lourdes – BH

Site: ciadopneumichelin.com.br

AMB promove curso de *media training*

Atividade simulou entrevistas realizadas em momentos de crise

Ao lado de representantes de Associações de magistrados de todo o País, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 11 de setembro, do curso de Media Training promovido pela AMB, em Brasília.

Com o objetivo de aperfeiçoar a interação dos representantes de classe com a imprensa, particularmente em gerenciamento de

ASCOM / AMB



Maurício Soares participou do treinamento em Brasília

crises com grande repercussão, durante o curso, foram realizadas palestras, simulações e dinâmicas de grupo.

Na avaliação do presidente da Amagis, o curso foi proveitoso, pois possibilitou aos participantes me-

lhor conhecer as técnicas de entrevista, as formas mais apropriadas de falar e os cuidados necessários com as informações que são passadas ao público. "Precisamos ter esse traquejo para falar com a imprensa

de forma correta", comentou Maurício Soares, que aproveitou a ocasião para discutir questões de interesse da classe com os demais presidentes de Associações.

Uma das palestras foi proferida pelo jornalista Júlio Mosquera, da Rede Globo, que falou aos participantes sobre o funcionamento da imprensa, os valores da notícia para os jornalistas e situações de crise. ■

Amagis promoverá 3º Torneio de Tiro Esportivo

Simulação de situações reais no tiro defensivo é uma das novidades do ano

Por meio de sua Comissão Permanente de Segurança, a Amagis, em parceria com a Polícia

Civil de Minas Gerais e com o Defender Clube de Tiro, realizará, no dia 10 de novembro, a terceira edição do Torneio de Tiro Esportivo, no estande da Academia de

Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol).

Neste ano, uma das novidades da competição é a inclusão da modalidade Tiro Defensivo (tradução livre da sigla IDSC), em que será simulada uma situação real na qual os competidores deverão dar oito disparos em movimento. Serão realizadas ainda provas de tiro de precisão de dez disparos em até dois minutos. Haverá premiações do 1º ao 5º lugar.

Os participantes poderão ver ainda a exposição *História Militar – Peças da Guerra Civil Americana à Guerra do Afeganistão*, que reúne artigos como meda-

bandeiras, capacetes, quepes e outros artefatos utilizados nesse período.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 9 de novembro pelo e-mail: juliano@amagis.com.br. Poderão participar do torneio, associados da Amagis, que também poderão inscrever os dependentes. Haverá ainda sorteio de prêmios, incluindo uma carabina de ar comprimido da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). ■

ASCOM / AMAGIS



Disputa de tiro de precisão no 2º torneio da Amagis

ENCONTRO DE

CONGRAÇAMENTO

DA MAGISTRATURA MINEIRA

DATA

7 de dezembro de 2018

Às 21h

INGRESSOS: R\$ 220,00

Haverá serviço de manobrista

LOCAL

Niágara Eventos

(Rua Douglas Nº 142 - Jardim Canadá - Nova Lima)

VENDAS: A partir de 10/10

Pelo site www.amagis.com.br

1º lote: Vendas on-line a partir do dia 10 de outubro (**exclusivamente para associados(as) e seus dependentes**). Em razão de segurança e logística, os ingressos serão nominais. Para tanto, será necessário, no ato da compra, ter em mãos os números de CPF do titular e dependentes.

2º lote: Somente se houver ingressos disponíveis. Vendas on-line a partir de 5 de novembro, com abertura para convidados. As vendas serão feitas exclusivamente on-line pelo site www.amagis.com.br.

Mais informações: (31) 3079-3499 ou carol@amagis.com.br

Show com SKANK

(Com patrocínio dos parceiros da Amagis)



Presidente vai à posse de Dias Toffoli no STF

Maurício Soares deposita boas expectativas na nova gestão

DIVULGAÇÃO / AMAERJ



Marcelo Piragibe, Nelson Missias, Sérgio Tonet, Miriam Vaz, Maurício Soares e Renata Gil

A fim de renovar e manter o diálogo com os ministros do STF e representantes dos Três Poderes, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 13 de setembro, em Brasília, da posse do novo presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

Maurício Soares afirmou que a expectativa da classe com a gestão do novo

presidente é positiva. “Os magistrados mineiros depositam toda confiança na gestão do ministro Dias Toffoli à frente do Supremo, uma vez

que o ministro já mostrou dedicação e preocupação com as causas e a valorização da Magistratura, bem como do ministro Luiz Fux, como vice-

presidente”, afirmou.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, também demonstrou otimismo. “O novo presidente reúne alguns predicados que certamente lhe serão muito proveitosos, como o fato de, embora ainda jovem, já ter experiência nos três Poderes da República”, avaliou o presidente do Tribunal que ressaltou ainda a disposição do ministro Dias Toffoli de buscar o diálogo. ■

MP homenageia Maurício Soares

Medalha é concedida em reconhecimento à defesa da justiça social

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) homenageou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, no dia 18 de setembro, com a Medalha do Mérito do MPMG – Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, outorgada àqueles com atuação destacada em favor da justiça social e do País.

Desde o início de sua gestão, Maurício Soares tem

intensificado a interlocução com a sociedade civil, tendo no Ministério Público e na Associação Mineira do Ministério Público importantes interlocutores na realização de ações em defesa do Sistema de Justiça.

Em seu pronunciamento, o procurador-geral do MPMG, Antônio Sergio Tonet, saudou o desembargador Maurício Soares e afirmou que “somente uma

TIAGO PARRELA



Maurício Soares e Fé Fraga França

Magistratura forte e independente pode cumprir o papel de instrumento de sustentação da democracia”.

Nesse evento, o MPMG homenageou personalidades como o ministro Dias Toffoli, presidente do STF; Raquel Dodge, procuradora-geral da República, e o jurista Antônio Augusto Cançado Trindade. ■

Associação recebe presidente da Amages

Encontro aconteceu na sede da Amagis, em Belo Horizonte

IZABELA MACHADO



Reunião na sede da Amagis

O novo presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, juiz Daniel Peçanha Moreira, fez uma visita de cortesia ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, em 14 de setembro, quando reafirmou a parceria de ambas as Associações e convidou o magistrado mineiro para sua posse, re-

alizada no dia 22 do mesmo mês.

O desembargador Júlio Cezar Guttierrez Vieira Baptista, e as juízas Marianne Júdice de Mattos, e Hermínia Azoury, também participaram do encontro. ■

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

▶ CHICO AMARAL CONVIDA SAMUEL ROSA

Data: 18 de outubro
Horário: 21h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)
Informações: centroculturalminastc.com.br

▶ ALMIR SATER E RENATO TEIXEIRA

Data: 20 de outubro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: R\$ 150 (inteira) e R\$ 70 (meia)
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

▶ ROGER WATERS

Data: 21 de outubro
Horário: 21h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: de R\$ 150 a R\$ 720
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

▶ O GRANDE ENCONTRO – ELBA RAMALHO, ALCEU VALENÇA E GERALDO AZEVEDO

Data: 27 de outubro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: R\$ 130 (inteira) e R\$ 65 (meia)
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

▶ JOTA QUEST

Data: 3 de novembro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia)
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

▶ NOEL GALLAGHER'S HIGH FLYING BIRDS

Data: 10 de novembro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: R\$ 260 (inteira) e R\$ 130 (meia)
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

TEATRO

▶ FRANCISCO DE ASSIS – DO RIO AO RISO

Data: 26 a 28 de outubro
Horário: 21h (sexta e sábado) e 19h (domingo)
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)
Informações: cinetheatrobrasil.com.br

▶ TONICO PEREIRA EM O JULGAMENTO DE SÓCRATES

Data: 2 de novembro
Horário: 21h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 60 (antecipado) e R\$ 80 (no dia da apresentação)
Informações: centroculturalminastc.com.br

▶ FABIANO CAMBOTA – VIVER ENVELHECE

Data: 2 de novembro
Horário: 21h
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia)
Informações: cinetheatrobrasil.com.br

TEATRO INFANTIL

▶ BEATLES PARA CRIANÇAS – A BAGUNÇA CONTINUA

Data: 11 de novembro
Horário: 17h
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos*: R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia)
Informações: cinetheatrobrasil.com.br
***Promocional:** R\$ 60 (levar 1kg de alimento não perecível)

▶ A ARCA DE VINÍCIUS

Data: 14 de outubro
Horário: 16h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 22 (inteira) e R\$ 11 (meia)
Informações: centroculturalminastc.com.br

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

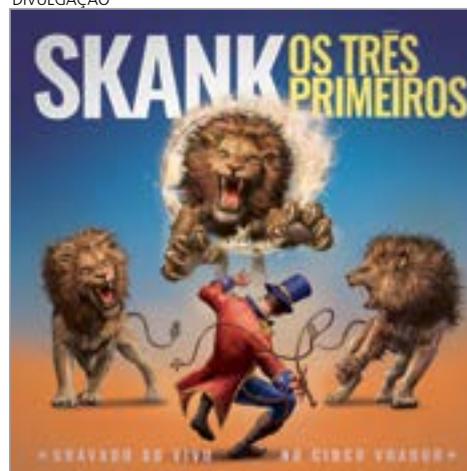
SKANK – Formado por Samuel Rosa (guitarra e voz), Henrique Portugal (teclados), Lelo Zaneti (baixo) e Haroldo Ferretti (bateria), o grupo mineiro Skank, nascido em 1991, em Belo Horizonte, na capital mineira, está lançando a turnê “Os três primeiros”. O projeto que reúne os grandes hits dos três primeiros discos da banda “Skank”, “Calango” e “Samba Poconé”, e que irá percorrer todo o País, com shows e gravações em CD, DVD, Blu Ray e Vinil.

O repertório é focado nos álbuns e algumas das músicas mais representativas do Skank nesse período, marcado pela mistura do pop rock com o SKA (gênero musical de origem jamaicano - semelhante ao reggae), caracterizado também pelo uso dos metais nas músicas, com uma levada dançante, com grande convite para a pista.

O álbum “Calango”, lançado em 1994, é o álbum em que o Skank apresenta com maior força a influência desse ritmo jamaicano, vendendo 1,2 milhão de cópias, e conquistando uma identidade no cenário musical brasileiro. Depois, vieram outros grandes discos do grupo, com uma receita mais universal da música.

No dia 7 de dezembro próximo, durante o Encontro de Confraternização da Magistratura, magistrados, familiares e amigos poderão presenciar a banda ao vivo. (Saiba mais, na página 16) ■

DIVULGAÇÃO



VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FOTOS: AMAGIS



Direito das Sucessões

Qual é a importância do planejamento sucessório nos dias de hoje? Conversamos com o juiz Bruno Terra Dias, da 1ª Vara de Sucessões e Ausência da Comarca de BH, e com a advogada Sofia Miranda Rabelo, 2ª vice-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Como é o Direito das Sucessões no Brasil? (Foto)

Direito Penal

Conversamos com a procuradora do Estado e professora da Faculdade Milton Campos, Ana Paula Araújo, e com o advogado criminalista e professor da Faculdade Milton Campos, Luciano Santos, sobre as leis de enfrentamento à corrupção no Brasil. Os convidados analisaram a evolução e a eficácia dessas leis, e explicaram para quem são dirigidas.

15 anos do Código Civil

O programa faz uma análise dos 15 anos do Código Civil e mostra sua evolução. Convidamos o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 11ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Leonardo Beraldo. Há 16 anos, foi sancionada a Lei 10.406, que instituiu o novo Código Civil brasileiro, mas ele só entrou em vigor um ano após a sanção.

Alienação parental

Na reprise do Via Justiça, o programa debate o crescimento dos processos de alienação parental em todo o Estado. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Renan Chaves Carreira Machado e a advogada Juliana Vieira, especialista em direito de família. A alienação parental é polêmica e se caracteriza quando pai ou mãe induz o filho a romper laços afetivos com o outro genitor.

Tráfico de drogas

Juristas, parlamentares e até o STJ defendem atualizar a Lei de Drogas. Quais são os desafios e as dificuldades de hoje com relação ao tema? Quando se fala em drogas, é possível discutir mercados legais e regulação? Conversamos com a juíza Andréa Cristina de Miranda Costa, da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de BH. (Foto)

Homenagem aos aposentados

O Pensamento Jurídico realizou uma edição especial na homenagem da Amagis aos magistrados aposentados. A solenidade aconteceu no auditório da instituição, em Belo Horizonte, reunindo associados e seus familiares nessa manifestação de reconhecimento àqueles que se dedicaram durante anos à causa da pacificação social.

Judicialização da saúde

A crise econômica e o desemprego estão entre as causas apontadas para o excessivo aumento da judicialização da saúde com a troca dos planos de saúde, pelos usuários, pelo SUS. O Pensamento Jurídico conversou com o desembargador Renato Dresch sobre os motivos de tantas pessoas buscarem na Justiça o acesso à saúde.

Eleições 2018

Em ano de eleições gerais, é comum aparecerem boatos que cercam o cenário político, como, por exemplo, as possíveis fraudes nas urnas eletrônicas, incrementados pelas Fake News (notícias falsas nas redes sociais). Entrevistamos o desembargador Rogério Medeiros, vice-presidente do TRE-MG. Quais os desafios das eleições de 2018? Qual a importância do voto? Acompanhe!

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



TV JUSTIÇA
Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

IMPORTÂNCIA DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

Desvio de recursos públicos não conhece fronteiras geográficas

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Conforme proclamaram os representantes das Nações Unidas (ONU), os mais frágeis são os que fortemente padecem as consequências de sua prática. Como disse Antônio Guterres, secretário-geral da ONU, "A sociedade não pode funcionar de maneira igualitária e eficiente se oficiais públicos, desde médicos até policiais, passando por juízes e, sobretudo, políticos enriquecem, em vez de realizarem seus deveres com inteligência".

Preocupada com a gravidade do tema, a ONU, aliada aos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul), realizaram no dia 6 de junho deste ano, a Conferência de Viena sobre a corrupção, reunindo 250 participantes de 60 diferentes países.

Em São Paulo, a Rede Brasil do Pacto

Global lançou, em 18 de maio último, um guia para orientar empresas a cumprirem o "Desestruturamento Sustentável da Corrupção", reunindo mais de 400 representantes do setor privado. A iniciativa também divulgou publicações sobre o efetivo combate da corrupção.

"NO CASO DO BRASIL, PODEMOS CONSIDERAR A OPERAÇÃO LAVA JATO A MAIOR INVESTIGAÇÃO DE CORRUPÇÃO DA HISTÓRIA DO PAÍS"

O combate à corrupção, como se sabe, é uma das maiores responsabilidades da sociedade, como um todo e, por isso mesmo, dos governos, empresas, universidades, ONGs, que deverão se unir para buscar soluções para o grave problema e suas drásticas consequências. Essa também foi a tônica do combate parcial ao problema nas empresas, que reuniu centenas de representantes desses setores no Museu de Arte de São Paulo.

"O COMBATE À CORRUPÇÃO, COMO SE SABE, É UMA DAS MAIORES RESPONSABILIDADES DA SOCIEDADE, COMO UM TODO"

A Rede Brasil do Pacto Global, em parceria com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), por sua vez, promoveu, em 4 de abril passado, em Belo Horizonte, um workshop sobre os riscos da corrupção.

O pacto global é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional, para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos,

relações de trabalho, meio ambiente e tenaz combate à corrupção. Foram identificados comportamentos ilícitos dentro das empresas, para prevenir novos casos de corrupção.

No caso do Brasil, podemos considerar a Operação Lava Jato a maior investigação de corrupção da história do País. O Departamento de Justiça do EUA afirma que o esquema de corrupção do Grupo Odebrecht constitui o maior pagamento de propina da história mundial. A diretoria de Combate ao Crime Organizado (DICOR-PF) totalizou as perdas, a partir de 2013, perto de R\$ 123 bilhões.

Pois bem. Está explicada a alegada falta de recursos para saúde, educação, segurança e outras áreas de suma importância, atingindo fortemente os mais fracos. ■

*Desembargador



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



Herpes-zóster causa dor e não tem cura

Vacinação previne contra a doença

O herpes labial e genital são bastante conhecidos pela população. Já o herpes-zóster, nem tanto, e, apesar do nome semelhante, as duas doenças são bastante distintas.

De acordo com o médico infectologista Carlos Starling, coordenador do Serviço de Controle de Infecção do Hospital Lifecenter, o herpes-zóster é um vírus da família Herpesviridae, extremamente ampla.

Na infância, esse vírus provoca a varicela ou catapora. Na fase adulta, pode provocar uma infecção extremamente grave, chamada de herpes-zóster. O mesmo vírus da catapora retorna com uma apresentação clínica diferente em pessoas que têm depressão imunológica ou simplesmente pelo processo natural de envelhecimento.

“As lesões de pele surgem devido a migração desse vírus dos neurônios, onde ele fica contido ao longo da vida, por meio de fibras sensitivas, eclodindo na pele em lesões bastante dolorosas”, afirmou Carlos Starling.

Essas lesões seguem o trajeto de um nervo sensitivo. Ocorrem geralmente em faixas e com muita frequência no tórax e no abdômen,

podendo aparecer também na face e nas pernas. “O herpes-zóster acomete uma faixa de uma terminação nervosa, geralmente correspondente ao local onde o vírus fica armazenado”, explicou o infectologista.

SINTOMAS

Na infância, o vírus provoca uma doença febril, aguda, caracterizada por lesões de pele a princípio vesiculares, que depois se transformam em crostas e desaparecem em cerca de 10 dias. Essa é a primeira fase do herpes-zóster.

A segunda é diferente. Ela é caracterizada por uma dor extrema na região onde o vírus eclode sob a forma de vesículas, que também se transformam em crostas e depois desaparecem, podendo persistir a dor.

Segundo o especialista, a doença não tem cura, mas pode ser controlada com o uso de antivirais, sendo o mais comum deles o Aciclovir. “Esse medicamento funciona quando administrado aos primeiros sintomas da doença, seja na varicela ou no herpes-zóster”, afirmou.

A prevenção é feita com aplicação da vacina contra a varicela, ainda na infância. ■

DICAS

USO DA CARTEIRA DA AMAGIS SAÚDE

Por ser um plano exclusivo da Magistratura mineira, a Amagis Saúde proporciona aos seus usuários um atendimento desburocratizado e ágil, que pode ainda gerar economia quando o associado opta pelo uso da carteira do plano. Saiba mais a seguir:

◉ O uso da carteira da Amagis Saúde pode gerar economia?

Sim, pois ao utilizar a carteira da Amagis Saúde, os associados pagam somente a taxa de coparticipação de 25%. E quando usam a carteira da Unimed, os usuários do plano têm um custo adicional da taxa administrativa de 17,7%.

◉ Quais informações constam na carteira da Amagis Saúde?

Nome do beneficiário, matrícula, número do Cartão Nacional de Saúde.

◉ É preciso apresentar outros documentos junto com a carteira?

Sim. Além da carteira de identificação emitida pela Amagis Saúde, o usuário do plano precisa apresentar o documento oficial de identidade, como carteira de identidade OU carteira nacional da habilitação. Essa orientação também é válida para o uso da carteira da Cabesp, Caberj e da Unimed.

◉ Com proceder quando não estiver com a carteira da Amagis Saúde?

O usuário do plano deverá entrar em contato com o setor de atendimento da Amagis Saúde para que o procedimento seja autorizado. O prestador de serviço também poderá entrar em contato direto com o plano para solicitar a autorização.

◉ Quais os telefones do setor de atendimento da Amagis Saúde?

De segunda a sexta-feira, os usuários do plano podem ligar para (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 ou (31) 3079-3481, das 7h às 19h, e aos sábados de 8h às 13h15. Nos finais de semana e feriados, os associados devem entrar em contato com o plantão da Amagis Saúde pelo número (31) 99977-2860.

Boa alimentação impacta na saúde da criança

Optar desde cedo por comidas saudáveis favorece a qualidade de vida

STEPHANIA MEDINA DE ANDRADE SOCIO*

A saúde da criança é uma preocupação constante da família e envolve muitos itens, inclusive a alimentação, e se inicia desde a gestação, passando pelo aleitamento e, finalmente, chegando àquela idade de maior autonomia quando os pequenos já rejeitam determinados alimentos e fazem suas escolhas. Para que esse processo seja seguro e que elas desenvolvam capacidades de escolhas adequadas e saudáveis, precisamos muní-las de informações e experiências prazerosas nesse campo.

Nossa sociedade está ficando mais gorda e sedentária, além é claro, da chamada fome oculta que atinge inclusive os 'fitness' e que se deve à deficiência de algumas subs-

tâncias no nosso corpo.

Pensando em saúde da criança, viemos propor uma reflexão sobre o que estamos comendo e oferecendo para os nossos filhos, quanto tempo do dia eles ficam parados em frente às telas de TV.

Talvez aí, estejam dois pilares primordiais para uma saúde equilibrada.

Muito dos alimentos que consumimos é industrializado, ultraprocessado, traves-tido de uma fantasia saudável como: "assado", "néctar da fruta", "fit". Entretanto,

ao lermos os rótulos, identificamos uma quantidade enorme de substâncias que desconhecemos, muito sódio, muito açúcar e ausência de alimento de verdade.

As crianças precisam ser crianças, brincar, ser ativas, correr e pular. Esses, além de serem grandes estímulos para o desenvolvimento neurológico, cognitivo, social, também é uma forma de gasto metabólico. O tempo exagerado gasto em frente às telas tem atrapalhado nossos jovens. Cada vez mais, os es-

pecialistas reforçam a importância de restringir esse tempo e buscar atividades ao ar livre, que exijam do corpo força, equilíbrio, etc.

A Amagis Saúde, diante dessa preocupação, vem buscar ajudar a munir as famílias com um pouco mais de informação e, para as crianças, uma experiência prazerosa na cozinha através da 2ª Oficina Culinária Infantil no dia 23 deste mês. ■

* *Pediatra especialista em gastroenterologia e hepatologia, médica auditora da Amagis Saúde*



CÂNCER DE MAMA



PRESTE ATENÇÃO AOS SINTOMAS

- Nódulo fixo e geralmente indolor
- Pele da mama avermelhada ou retraída
- Alterações no mamilo
- Nódulos nas axilas e/ou no pescoço
- Saída de líquido anormal das mamas



AUTOEXAME

- Pode ser feito sempre que se sentir confortável, como no banho ou no momento da troca de roupa
- Não há necessidade de técnica ou período do mês específicos

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE E INCA

OUTUBRO ROSA

AMAGIS E A AMAGIS SAÚDE APOIAM ESSA CAMPANHA

Usuárias do plano de saúde estarão isentas do pagamento de coparticipação das mamografias realizadas em outubro.

Saiba mais em: www.amagissaude.com.br



Amagis Saúde mobiliza juízes em prol da vida

Associação promoveu a campanha Setembro Amarelo em BH

Em uma ação a favor da vida, a Amagis Saúde promoveu, nos dias 17 a 20 do mês passado, a campanha Setembro Amarelo, que alerta sobre a importância da prevenção ao suicídio. Nesses dois dias, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, e diretores da Associação estiveram na sede do TJMG, nos Juizados Especiais de Belo Horizonte e nos Fóruns Lafayette e Raja Gabáglia, para chamar a atenção para a necessidade de se aprender lidar com uma rotina estressante.

Com o propósito de combater os desgastes do dia a dia, a Amagis Saúde ampliou o programa Amor à Vida, incluindo o atendimento do médico psiquiatra Octávio Maia Saliba (*saiba mais na página 24*). O presidente Maurício Soares ressaltou que a Associação está atenta à necessidade do apoio aos magistrados também no que se refere à saúde mental.

“É fundamental que a saúde mental e, especificamente, o suicídio não sejam tratados com preconceito. Quanto mais as pessoas falarem sobre esses temas, menos suicídios ocor-

rerão. O diálogo é de suma importância. Diante disso, colocamos a estrutura da Amagis à disposição dos associados para que sejam atendidos com discrição e por um profissional altamente qualificado”, afirmou o presidente da Associação.

A vice-presidente de Saúde, Luzia Peixôto, destacou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o suicídio um problema de saúde pública. Para a magistrada, o melhor caminho para enfrentar esse problema é adoção de medidas preventivas, de ajuda e auxílio, como as que a Amagis vem realizando. “A saúde mental também precisa ser foco de nossa atenção”, comentou Luzia Peixôto ao falar sobre a inclusão do médico psiquiatra na equipe do ‘Amor à Vida’.

Para a juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo, a iniciativa da Amagis de colocar à disposição de seus associados a nova especialidade é extremamente importante, em função da grande carga de trabalho, pressão e estresse enfrentado pelos magistrados no dia a dia. “Temos que deixar o preconceito de lado e aproveitarmos oportunidades como essa

Maurício Soares e Nelson Missias com magistrados no TJMG

ASCOM / AMAGIS



Maurício Soares e Luzia Peixôto com juízes na Unidade Raja

IZABELA MACHADO



Setembro Amarelo no Fórum Lafayette

IZABELA MACHADO



que a Amagis está nos dando”, comentou.

OUTUBRO ROSA

Em continuidade às ações de promoção da vida, a Amagis Saúde promoverá, neste mês, a campanha Outubro Rosa, que alerta sobre os riscos do câncer de mama. Para incentivar a

prevenção, a Associação irá isentar as usuárias do plano de saúde do pagamento da taxa de coparticipação dos exames de mamografia realizados em outubro.

A taxa de coparticipação é o valor pago em alguns procedimentos clínicos, médicos ou laboratoriais, e corresponde a 25% do valor do exame. ■

Amor à Vida amplia atendimento aos associados

Médico psiquiatra integra a equipe do programa de apoio à saúde

A Amagis Saúde deu mais um importante passo nas ações de promoção da qualidade de vida dos magistrados mineiros e seus familiares, ampliando a cobertura do programa Amor à Vida com o atendimento gratuito do médico psiquiatra Octávio Maia Saliba, realizado na sede da Amagis, desde setembro último.

Com o trabalho do especialista, a Amagis Saúde passa oferecer assistência a usuários do plano, em especial aos magistrados, que enfrentam, no seu dia a dia, situações de trabalho estressantes, que podem levar ao desgaste emocional,

com implicações para as relações interpessoais.

Na edição de setembro do jornal, o psiquiatra publicou artigo no qual abordou o a Síndrome de Burnout, uma forma de esgotamento profissional. No texto, disponível também no site amagis-saude.com.br, ele observou que a síndrome pode ser consequência do excesso de estresse mediado por longas horas de trabalho, fadiga, pressão na realização de tarefas, perda de sentido no trabalho e problemas entre a vida profissional e pessoal entre outros.

Entre os sintomas da doença, o médico apontou as dores musculares, de cabeça, cansaço, infecções recorrentes, labirintite,

ASCOM / AMAGIS



insônia, perda de apetite, choro excessivo, alterações de humor, angústia, rigidez, negativismo, irritabilidade, tensão e frustração. Ainda de acordo com o especialista, a síndrome também pode desencadear diabetes e alterações na tireoide.

Com uma equipe médica multidisciplinar, formada por um cardiologista, endocrinologista, um geriatra e nutricionista, e agora pelo médico psiquiatra, o Amor à Vida oferece atendimento integrado aos associados da Amagis, que contam ainda

com apoio odontológico e de fisioterapia.

Após a consulta em uma das quatro especialidades do programa, o usuário do plano é indicado para outros profissionais, que, de posse das informações dos atendimentos anteriores, têm um quadro clínico mais completo para fazer suas avaliações médicas e indicar o tratamento adequado.

As consultas são gratuitas e realizadas na sede da Amagis. Para marcar um horário, os interessados devem entrar em contato com Margarete de Freitas pelo telefone (31) 3079-3472 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br. ■

**Octávio
Maia
Saliba**



Agende sua consulta gratuitamente pelo telefone (31) 3079-3472 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
ALFENAS	Reumatologia e dermatologia	Imunobio	Rua Bias Fortes, 610 - Centro	(35) 3292-2020
JUIZ DE FORA	Endocrinologia	Natália Gesualdo Lopes	Rua Doutor Constantino Paleta, 171 - Centro	(32) 3212-1614
MONTES CLAROS	Psiquiatria	Espaço Equilibrium	Av. Coronel Prates, 348, Lj. 11 - Centro	(38) 3083-3831
VARGINHA	Fisioterapia	Adapte	Av. Major Venâncio, 156 - Centro	(35) 9 9924-9576